CIDADE DE DEUS, A ARQUITETURA DA SEGREGAÇÃO – um estudo sobre dinâmicas socioespaciais na produção de territórios segregados

Edir Figueiredo de Oliveira Teixeira de Mello
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de janeiro
Pesquisadora associada ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar os processos de segregação e de construção identitária no contexto específico do bairro Cidade de Deus, localizado na Baixada de Jacarepaguá, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. A pesquisa refere-se à compreensão das dinâmicas socioespaciais que envolveram ou estão a envolver a construção de modalidades de segregação e de produção identitária na Cidade de Deus. Nesse sentido, buscou-se mostrar como o processo contínuo de construção da imagem da Cidade de Deus e as diversas intervenções do poder público no local, principalmente as de caráter remocionistas, produziram configurações e reconfigurações socioespaciais que culminaram com a divisão interna dos moradores.
Palavras-chave: Territórios**;** Cidade de Deus; Segregação; Periferia; Remoção.

CIDADE DE DEUS, THE ARCHITECTURE OF SEGREGATION – A STUDY ON SOCIO-SPATIAL DYNAMICS IN THE PRODUCTION OF SEGREGATED TERRITORIES

Abstract: The article aims to analyse the segregation processes and identity construction in the specific context of Cidade de Deus district, located in Baixada de Jacarepaguá, West Zone of Rio de Janeiro municipality. The research refers to the comprehension of the socio-spatial dynamics underlying the construction of segregation modalities and identity production in Cidade de Deus. In this sense, we sought to show how the continuous process of building the image of Cidade de Deus and the various interventions of the public power in the place, mainly those of a removalist nature, produced socio-spatial configurations and reconfigurations that culminated in the internal division of the residents.
Keywords: Territories; Segregation; Cidade de Deus; Periphery; Removal.

1 - Introdução

Este artigo resulta de uma ordem de preocupações acadêmicas à qual me dedico no decorrer dos últimos anos, mais precisamente a partir de pesquisa iniciada durante a realização do doutorado no programa de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2005. O recorte específico da investigação é a análise dos processos de segregação e de construção identitária no contexto específico do bairro Cidade de Deus, localizado na Baixada de Jacarepaguá, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.[1]

A proposta é, por um lado, dar continuidade, a partir de outro prisma, aos estudos que já venho realizando sobre as várias questões que giram em torno da compreensão da produção do espaço em "favelas" e "periferias", articulando-a às relações sociais e identidades aí construídas. E, por outro lado, as particularidades que envolvem o processo histórico de produção do espaço na Cidade de Deus que, olhadas mais de perto, parecem embaralhar conceitos e classificações definidos *a priori*, a começar por "favela", "periferia" e "bairro".[2]

Se, como diz Rosa (2008, p. 32), "os fenômenos

de favelização e de periferização urbana no Brasil podem ser considerados 'gerais' (por sua repetição, sua regularidade)", é também indiscutível que cada caso e cada conjunto de práticas e relações sociais que o produzem são únicos e introduzem complexidades à interpretação dos fenômenos generalizados.

Considerando tal perspectiva, busco, neste texto, analisar o processo de formação, do bairro Cidade de Deus, bem como alguns aspectos que confluíram para o agenciamento de diferentes identificações sobre ele. Nesse sentido, minha intenção é compreender as dinâmicas socioespaciais que envolveram ou estão a envolver a construção de modalidades de segregação e de produção identitária em Cidade de Deus.

Privilegio em minha investigação tanto as percepções que os moradores elaboram acerca do lugar em que vivem como as produzidas externamente sobre ele. Para isso, utilizo não somente documentos, registros oficiais e bibliografia pertinentes ao tema, mas também narrativas de moradores e ex-moradores registradas durante pesquisa etnográfica no bairro, além de minhas próprias impressões do local em que morei durante 15 anos.

2 - Cidade de Deus: refazendo tudo, revafela...

A Cidade de Deus, situada na Baixada de Jacarepaguá, entre os bairros da Taquara e Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro, começou a ser construída e ocupada no fim dos anos 1960, em decorrência do processo de remoção sumária da população residente em favelas, que teve curso durante os governos Carlos Lacerda (1960-1965) e Negrão de Lima (1965-1971). Sua concepção atendia, portanto, a uma política estatal para favelas, pautada, como observa Valla (1986), no crescente intervencionismo que marcou a década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970.[3]

Com efeito, foi sob o governo de Carlos Lacerda (1960-1965), cuja gestão ficou marcada pela política ostensiva de remoção de favelas, que as obras de implantação do conjunto habitacional Cidade de Deus foram realizadas. Financiadas pela United States Agency for International Development (USAID),[4] as primeiras unidades residenciais do conjunto foram construídas pela Companhia de Habitação Popular (Cohab),[5] órgão também criado durante a administração Lacerda, mas sua finalização só ocorreu mesmo durante o mandato de Negrão de Lima (1965-1971). Seus projetos foram executados inicialmente no ano de 1964, primeiro em uma área total de 253.810 m^2, limitada entre a Avenida Ezequiel, Rua Moisés e Rua Edgar Werneck. O segundo, em área total de 36.343 m^2, constando de 159 lotes e oito ruas, entre a estrada da Estiva (atual Marechal Miguel Salazar Mendes de Morais) e a Avenida do Rio Grande; e o terceiro, de outubro de 1968, abrangendo a maior área, com mais de 120 logradouros, incluindo ruas, travessas, praças, todas batizadas com nomes bíblicos.[6]

Os trabalhos desenvolvidos por Abreu (1997) apontam o fato de que a construção de conjuntos habitacionais, caso da Cidade de Deus, obedeceu a uma estratégia de reorganização do espaço urbano, com o deslocamento da população residente em favelas localizadas nas áreas mais valorizadas, sobretudo nas encostas das montanhas, para a periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Daí a razão de, em grande parte, os conjuntos terem sido construídos na periferia afastada das zonas Norte e Oeste.

Nesse sentido, Valladares (1978), analisando as intervenções governamentais realizadas nas favelas cariocas nas décadas de 1960 e 1970, observou que um dos interesses que orientou o processo de remoção foi a eliminação da presença física das favelas da Zona Sul da cidade, consideradas um "aglomerado marginal, indesejável e incompatível" ao projeto de desenvolvimento urbano. Segundo a autora:

> Para articular os "interesses da Cidade" parte-se de uma conceituação estigmatizada do favelado, qualificado como parasita do Estado, marginal que precisa ser eliminado do espaço em que se encontra e replantado em áreas distantes, não visíveis. Enfatiza-se a favela enquanto aglomerado que "atrapalha" o dia a dia da classe média, cuja permanência é incompatível com o desenvolvimento imobiliário da Cidade e cujo espaço caberia "por direito" aos estratos médios. (VALLADARES, 1978, p. 33)

Com efeito, o plano de organização do espaço urbano, levado a cabo no período, visou não somente liberar "terras nobres" da presença indesejável da favela e de seus habitantes, mas também colocá-las à disposição dos grupos mais abastados. Seu intuito era incentivar a construção de residências sofisticadas nas regiões mais cobiçadas da cidade. A "limpeza" teve o duplo significado de abrir novas áreas para construir e, simbolicamente, de preservar as classes

altas e médias da confrontação diária com a miséria das favelas. Além disso, propiciou um impulso adicional às construtoras, mediante contratos com o governo para realização do empreendimento de habitações populares (Valladares, 1978).

A Cidade de Deus surgiu e se inscreveu nesse contexto, por iniciativa das políticas públicas remocionistas, – no conjunto das metamorfoses ocorridas no tecido urbano carioca –, como uma das soluções para o crescente "problema da favelização".[7] Para lá foram removidas 63 favelas distintas, sendo que 70% dessa população provinha de apenas seis favelas: Praia do Pinto, Parque da Gávea, Ilha das Dragas, Parque do Leblon, Catacumba e Rocinha, todas localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro. Os outros 30% eram oriundos de 57 favelas.[8]

2.1 - A produção social do espaço: inscritos, removidos e invasores

Em entrevista realizada no ano de 2007, para o jornal *INFOCO*, Giuseppe Badolato,[9] responsável pelo projeto arquitetônico do Conjunto Habitacional Cidade de Deus no Governo Carlos Lacerda, afirmou que a premissa fundamental da planta original do conjunto habitacional era favorecer, ambiental e socialmente, a permanência integral de seus moradores. Segundo ele, o desenho inicial consistia de um conjunto de prédios designados para a população removida de favelas e mais 2.500 casas que seriam vendidas a funcionários públicos do antigo Estado da Guanabara. No entanto, as enchentes ocorridas na época levaram o conjunto a ser utilizado para abrigos de outras tantas famílias que, permaneceram no local em casas inacabadas e sem qualquer saneamento básico. No relato, abaixo reproduzido, pode se perceber a idealização produzida acerca da criação do bairro.

> Se olharmos a planta original da Cidade de Deus, os loteamentos e as casas estavam em profunda harmonia com uma visão social e cultural. Havia a previsão de construção de teatros, posto médico, escolas, supermercados, cinema, igreja e quadra de esportes. As casas, mais no centro do bairro, feitas para serem vendidas aos funcionários públicos do antigo Estado da Guanabara, teriam uma área urbanizada e praças para as crianças brincarem. Os loteamentos mais afastados, para a população removida, também disporiam de recursos e profissionais especializados para orientá-los na nova vida fora das favelas. Tudo extremamente detalhado para que as famílias que fossem selecionadas para ali morar, já iniciassem a viver no local com todos os equipamentos e serviços urbanos em pleno funcionamento, permitindo que os futuros moradores tivessem uma perfeita adaptação à nova moradia. (BADOLATO, Giuseppe. depoimento. Entrevistadores: Wilson Neves e Valeria Almeida Rio de Janeiro, INFOCO, 20 mai. 2007. Entrevista concedida ao jornal INFOCO, publicação trimestral feita por moradores da Cidade de Deus.

Mas, se em sua concepção original, conforme narrativa do arquiteto Badolato, a instalação do Conjunto Habitacional Cidade de Deus foi pensada de forma a integrar harmonicamente seus moradores, isso não se concretizou no plano das políticas habitacionais. Nesse sentido, recorro ainda ao discurso do arquiteto para chamar atenção sobre a lógica hierarquizante pela qual se deu a distribuição das unidades e, consequentemente a organização social do espaço do recém-criado conjunto habitacional. Nesse contexto, os novos moradores foram escolhidos e selecionados por meio da clivagem da população por situação e lugar de origem, a partir de critérios como renda, ocupação profissional e condição de residência anterior. Assim, foram designados às casas os servidores públicos; ao conjunto de apartamentos, a população removida de diversas favelas; e, ainda, a um setor de "triagem", composto por alojamentos em condições precárias, os desabrigados pelas sucessivas enchentes ocorridas naquele período.

Contudo, se esse arranjo espacial se deu no plano das políticas públicas habitacionais, ele não ficou imperceptível ao olhar dos próprios moradores. Quando em 1971, cinco anos após a inauguração da Cidade de Deus, o repórter e cronista João Antônio esteve no bairro realizando uma série de entrevistas com moradores locais (cujo resultado, posteriormente publicou no livro com o sugestivo nome *Casa de loucos*, em 1976), grande parte dos depoimentos indicava a nítida percepção da distinção anteriormente apontada. Utilizo-me de um desses relatos para ilustrar este fato.

> Isto aqui? Na favela tem alegria, as pessoas se ajudam. Imagine que aqui tem uns favelados que foram levados para os apartamentos estão dando uma de bacana. Na favela, o pessoal era todo igual. Aqui, o povo está dividido. Tem gente pobre morando nas casas e se achando importante, porque tem dinheiro pra pintar a casa, botar ladrilho e outras coisas. Aí, o pessoal dos apartamentos se acha mais bacana que o pessoal das

> triagens e o povo das casas se acha mais importante que o da triagem porque são inscritos da COHAB. Todo mundo debocha e despreza o pessoal da triagem. Quando cheguei aqui já tava tudo dividido, tudo distribuído tive que pegar minha casa na marra, na mão mesmo sabe como é já tava tudo certo, quem ia pros apartamentos, quem ia para as casas. (sic) Eu? Claro que gostaria de morar numa das casas. Lá, pelo menos, teria segurança." – suspira abafada. – "Se se formasse uma favela outra vez, eu iria na frente, com uma bandeira e seria a primeira moradora". – Maria Isabel, 30 anos, termina isso, gingando de um lado e outro, abrindo os braços. (sic) (ANTÔNIO, 1976, p. 32)

O que chama a atenção nessa fala é a associação feita pela moradora entre os tipos de habitação e as diferentes formas de obtenção destas. Assim, a percepção mais imediata desse processo é a desigualdade de acesso resultante dos critérios de avaliação e distribuição as residências. Nesse sentido, o próprio repórter que fez a coleta das entrevistas escreveria na orelha de seu livro:

> O que encontrei lá foi um aglomerado de residências que dividiam seus moradores em três castas: a mais favorecida habitava as casas, a média os apartamentos do local, e os mais ferrados se viravam em barracos "provisórios" nas chamadas triagens. (ANTÔNIO, 1976, contracapa)

Em relação a esse aspecto, Valladares (1978), em pesquisa realizada no ano de 1970 no mesmo bairro, verificou a existência de um sistema hierárquico na distribuição de habitações adotado pela Cohab, que consistia na distinção das residências segundo a origem dos futuros moradores. A classificação adotada baseava-se nas seguintes categorias, a saber: "removidos", "inscritos" e "invasores". Por essa lógica, a categoria "removidos" designava a população retirada de diferentes favelas localizadas originalmente na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro e levados compulsoriamente para o conjunto habitacional. Eles eram obrigados a se enquadrar às determinações impostas pelo órgão administrador, tanto no que diz respeito ao tipo de habitação quanto à forma de pagamento destas.

Os moradores removidos das favelas, muitas vezes contra a própria vontade, eram os primeiros a chegar ao bairro, no entanto, não tinham poder de escolha da localização ou do tamanho da nova moradia. Já os "inscritos" eram funcionários públicos, em sua maioria da Policia Militar, cadastrados previamente na Cohab, por isso tinham poder de escolha das melhores residências. Por último, estavam os "invasores" constituídos pela população oriunda de favelas dos mais variados lugares do Rio de Janeiro que foram extintas em enchentes ou incêndios. Tal grupo invadiu de forma irregular residências ainda não ocupadas ou inconclusas e/ou terrenos vazios.

Embora a observação de Valladares (1978) indique uma demarcação no plano institucional, meu convívio familiar e, sobretudo, com a vizinhança local, permite supor que as categorias "removidos", "inscritos" e "invasores" foram relacionadas pelos moradores à delimitação de fronteiras simbólicas, ligadas tanto à construção social do bairro quanto às formas de pertencimento a ele. Isso se deu de tal modo que. de uma classificação formal. passou a um sentido próprio aos residentes de cada lugar que a utilizavam para se identificar e se posicionar em relação a ele. Desse modo, recorro aqui a um relato para mim muito especial: o de minha mãe. Vasculhando velhos documentos, ela me mostrou com orgulho o recibo de inscrição que ainda guarda da casa que comprou pela Cohab na Cidade de Deus. Peço-lhe para me contar um pouco da história de sua chegada ao bairro e o que ouço corrobora essa ideia.

> Soube de umas casas que estavam sendo vendidas para os funcionários públicos da união em um bairro novo. Seu pai trabalhava na Secretaria de Segurança Pública do antigo Estado da Guanabara. Nós morávamos muito longe, em Engenheiro Pedreira, Nova Iguaçu. Para a gente encontrar uma escola tinha que andar muito tempo a pé até a linha do trem. Vocês eram muito pequenas ainda, mas eu já pensava em quando vocês tivessem que estudar. Então falei com seu pai para ele fazer a inscrição. Quando fomos para Cidade de Deus, você tinha cinco meses de idade, quase não tinha moradores no lugar. As casas não tinham muros e poucas delas tinham águas, eu pude escolher a casa porque era inscrita da COHAB e pagava as prestações. [...] O bairro foi se transformando aos poucos, eles trouxeram muita gente removida de favelas. Eles ficaram nos "apês" do outro lado do rio, distante do centro do bairro, era muita desordem, muita bagunça, mas todos tinham seu lugar para morar. Depois que começou a onda de invasões foi que o bairro foi ficando perigoso. Nós ainda tentamos ajudar os invasores porque eles ficaram nas triagens que não tinham água ou luz. A gente dava água, dava cobertor, comida, quando podia, mas eles eram muito diferentes, eram agressivos, muitas vezes brigavam uns com outros na porta de nossa casa por causa de água. Então

> ficávamos com medo, ninguém se atrevia a ir para outros lados, longe do centro. O bairro ficou todo dividido. (OLIVEIRA, Eredite. Entrevista I – [Junho de 2007]. Entrevistador: Edir Mello. Rio de Janeiro, 2007. Comunicação Verbal – transcrição direta.

A partir do depoimento é possível sugerir que, nos primeiros anos de formação desse conjunto habitacional, a representação preponderante sobre ele, entre grande parte dos moradores, era a de um espaço multifacetado, composto por uma população heterogênea diferenciada entre si segundo critérios de origem e tipos de moradia. Assim, na leitura dos moradores, os "inscritos", de origem não favelada, passaram a ser identificados como os habitantes das "casas", local considerado central e, portanto, mais valorizado. Já os "removidos", de origem favelada, correspondiam aos residentes dos "apês", área percebida como periférica, associada à "desordem" e à "bagunça". No limite extremo, estavam os "invasores", ocupantes das "triagens", também oriundos de favelas, porém, em situação irregular e sem previsão legal para alocação nas residências. Sobre estes, a visão mais imediata era de um grupo "perigoso" e "agressivo", cujo contato devia ser evitado.

Nos relatos de ex-vizinhos meus, todos inscritos da Cohab, não é incomum o fato de se referirem aos demais moradores do bairro também pela distinção anteriormente apontada.

> Vim para cá achando que ia ser melhor para meus filhos. Era caseira de uma chácara no interior de Petrópolis. Quando comprei minha casa, pensava que finalmente ia deixar de morar de favor e podia deixar alguma coisa para meus filhos. Todo mundo que comprou as casas deste lado era inscrito da COHAB e pensava em melhorar de vida. Aí o bairro foi se aglomerando de gente. Primeiro os favelados removidos, mas estes ficavam longe do outro lado, lá nos apês, depois é que tudo desandou uma ruma de gente de tudo quando é favela veio para cá, invadindo tudo, as casas, os apês, onde tivesse lugar eles ficavam, até nas praças os invasores montaram barracas. (ALVARENGA, Solange. Entrevista II – [Novembro de 2007]. Entrevistador: Edir Mello. Rio de Janeiro, 2007. Comunicação Verbal – transcrição direta.

É importante observar que, no cerne da distinção feita entre "inscritos," "removidos" e "invasores" está à ideia de diferenciação do espaço e, consequentemente da população do bairro por meio de critérios relacionados entre si: forma de aquisição da moradia, lugar de origem, nível de renda e tipo de ocupação profissional. O contraste que havia entre as formas de acesso à moradia refletia-se na estruturação do espaço físico do bairro e também no modo como os moradores se situavam e se qualificavam em relação a ele. Assim, não é raro nas falas dos primeiros habitantes do local, o uso da distinção entre origem favelada e não favelada como dispositivo para marcar uma diferenciação e hierarquia nos vínculos de pertencimento ao bairro. Recorro novamente aqui aos depoimentos reunidos no livro *Casa de loucos*:

> Você vê a sujeira toda espalhada pelo meio da rua, as pessoas não cuidam do lugar, aqui tem muita mistura de gente. Eu não to acostumada com isso não, eu vim de Queimados para cá, lá não era favela não, eu não sou favelada, comprei uma casa aqui, pensando em melhorar de situação, mas hoje tenho vergonha, eu e meus filhos de dizer que moramos aqui. Para cá veio gente de tudo que é favela, tão acostumados com o lixo solto nas ruas, com esta bagunça. Eu não gosto disso, na minha casa é tudo limpinho, tratei logo de construir e reformar a casa fiz um muro para ficar melhor. (ANTÔNIO, 1976, p. 42)

Todavia, se os discursos construídos pelos moradores à época da instalação do Conjunto Habitacional Cidade de Deus operavam com uma lógica de inclusão/exclusão, proximidade/afastamento da categoria "favelado", como forma de delinear as bases das relações internas ao bairro, do mesmo modo, eles engendravam uma possibilidade de configurar as relações externas a ele. Nesse sentido, parece-me evidente que essas falas não estavam de modo algum dissociadas do contexto sociocultural em que eram produzidas e correspondiam a uma interlocução com as políticas públicas de habitação e ações governamentais voltadas à população moradora de favelas naquele período.[10]

Levando em conta essa perspectiva, é preciso considerar a especificidade das políticas habitacionais que orientaram a ocupação do bairro em correspondência com o tratamento dispensado pelo Estado, no período, às populações oriundas das favelas. Não se trata, contudo, de analisar os processos histórico-sociais que fizeram emergir a Cidade de Deus no cenário urbano da cidade, mas, antes, de tentar estabelecer os nexos existentes entre o agenciamento de determinadas políticas territoriais e as práticas relacionadas aos grupos conformados a estas.

A esse respeito Licia Valladares (2005) observa

que a percepção da favela como fruto de um processo marcado pela marginalidade social era amplamente dominante, servindo de justificativa ideológica para a operação antifavela empreendida pelo Governador Carlos Lacerda (1962 -1965) e continuada por Negrão de Lima (1966 -1971). Essa visão da favela como "problema" correspondia perfeitamente às medidas de planejamento urbano tomadas pelo regime autoritário brasileiro. Este seguia uma tendência de destruição de "bairros ilegais" investindo em grandes projetos de construção de habitações populares convencionais, reservadas prioritariamente aos moradores transferidos desses espaços "marginais".

É digno de nota o documento de 1969 do Governo da Guanabara no qual são formalizadas as políticas de remoção adotadas tanto na gestão de Lacerda quanto na de Negrão de Lima. Foi nessa época, aliás, em que teve curso a construção do Conjunto Habitacional Cidade de Deus. No escrito oficial, é dito que tal empreendimento visava a "um positivo programa de assistência social, objetivando, a longo prazo, a recuperação econômica, psicossocial e moral dos favelados".[11] É, pois, baseado em um enfoque que identifica os moradores de favelas como portadores de características "negativas" que se dá a intervenção pública nas favelas do Rio de Janeiro. Por essa lógica, o deslocamento dessa população para um novo tipo de habitação, segundo a visão do Estado, constituiria uma forma não só de "urbanizar a cidade, mas também de urbanizar os próprios favelados".[12]

Nessa perspectiva, o caso da Cidade de Deus me parece emblemático dessa operação envolvendo as políticas públicas para habitação no período. Em 1966, quando esse conjunto foi inaugurado, numa região distante do centro do Rio, não havia infraestrutura no local. Como comércio ou serviços públicos. As residências, ainda em fase de conclusão, eram muito precárias, não dispondo de rede de esgoto, abastecimento de água ou energia elétrica.[13]

A população removida das favelas foi destinada ao "Conjunto das Margaridas", "complexo" de quarenta prédios, separados entre si por vielas muito estreitas, localizado à margem de um rio, que logo se tornaria um esgoto a céu aberto. Os blocos, todos com cinco andares, alguns com vinte e outros com quarenta apartamentos, não possuíam elevadores, garagem ou área de lazer. Contudo, as unidades não eram todas iguais, variando sua metragem entre 35 m² e 40 m². Havia, portanto, apartamentos de um e dois quartos, dependendo da coluna em que estivessem posicionados. Internamente, os apartamentos eram muito simples, sem pintura nas paredes, ladrilhos nos banheiros ou qualquer tipo de piso no chão. Na parte externa, eram pintados de azul e amarelo, com janelas de vidros extremamente pequenas. Os prédios não tinham um nome que os diferenciassem uns dos outros, sendo chamados apenas pela designação numérica correspondente, por exemplo, "bloco um", "bloco dois" até o "quarenta". Atualmente, conforme pude verificar em entrevistas com os moradores, essa configuração se mantém.

A entrega das chaves e alocação da população removida era feita por ordem de chegada ou por eventuais relações pessoais com agentes da administração da Cohab. Aliás, este último critério foi observado como predominante na conquista da moradia entre a população removida, tantos nas pesquisas desenvolvidas por Valladares (1978) quanto na de Zaluar (1985), e mais recentemente em entrevistas por mim realizadas.

Para a população dos "inscritos" foram reservadas as casas localizadas próximas à via central de acesso ao bairro, a única rua asfaltada à época da inauguração do Conjunto Habitacional da Cidade de Deus, com oferta de uns poucos serviços de comércio, tais como, uma padaria, um açougue, um posto policial e um ponto de ônibus. Ao chegarem ao local, os inscritos podiam escolher as futuras habitações por uma planta que lhes era apresentada pela Cohab. Feito isto, assinavam a promessa de compra e venda e recebiam suas chaves.

Ao contrário das vielas estreitas e sem nome específico, onde se localizavam os apartamentos designados aos "removidos", as casas dos "inscritos" foram projetadas em ruas largas, já com nomes específicos, todos de inspiração bíblica, o que, segundo os moradores, originou o próprio nome do bairro.

As casas possuíam metragem regular entre 55 m² e 60 m² de área construída e um pequeno quintal. As unidades tinham dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Embora fossem entregues ao comprador apenas no reboco, sem qualquer acabamento de azulejos, ladrilhos, muros ou divisórias entre elas, eram consideradas melhores que aquelas entregues aos removidos, pois dispunham de água encanada e rede de esgoto.

A chegada dos chamados "invasores" só se deu

dois anos após a inauguração do conjunto, e, ainda hoje para muitos dos moradores antigos, é um marco determinante na configuração que o bairro assumiria posteriormente. Os "invasores" não tinham contrato específico de moradia com a Cohab, invadiam casas ainda não concluídas ou montavam barracas em qualquer espaço disponível.

A solução encontrada à época pelo agente administrador foi alocá-los em abrigos provisórios, chamados de *"Triagem"*, financiados pelo próprio Governo Estadual do Rio de Janeiro. Contudo, o que era para ser provisório se tornou permanente. Nos abrigos de um cômodo, sem luz, água ou esgoto, se fixou uma população oriunda de diversas favelas cariocas extintas por enchentes ou incêndios.

As invasões foram percebidas de tal modo pelos residentes "inscritos" como responsáveis pela passagem do *status* de bairro à favela que não ficou imperceptível na obra ficcional de Paulo Lins, autor do celebrado livro de nome homônimo ao bairro. Assim, já nas primeiras páginas do romance que tem como cenário a Cidade de Deus, o escritor, ex-morador do bairro, também ele um "inscrito", residente nas casas, utiliza as invasões como recurso narrativo para delinear a trama.

Inicialmente, a paisagem mostrada do bairro é a de um lugar tranquilo, quase idílico, onde crianças brincam na rua, livre de preocupações ou perigos. Conforme se pode observar no trecho abaixo:

> Antigamente a vida era outra aqui neste lugar onde o rio, dando areia, cobra-d'água inocente, e indo ao mar, dividia o campo em que os filhos de portugueses e da escravatura pisaram. [...] Em diagonal, os braços do rio, desprendidos lá pela Taquara, cortavam o campo: o direito ao meio; o esquerdo, que hoje separa Os Apês das casas e sobre o qual está a ponte por onde escoa o tráfego da principal rua do bairro, na parte de baixo. Um dia essas terras foram cobertas de verde com carros de boi desafiando estradas de terra, gargantas de negros cantando samba duro, escavação de poços de água salobra, legumes e verduras enchendo caminhões, cobra alisando o mato, redes armadas nas águas. Aos domingos, jogo de futebol no campo do Parú e bebedeira de vinho sob a luz das noites cheias. (LINS, 1997, p. 14-15)

Com as invasões, não só o cenário descrito por Lins se modifica, mas também a própria trama começa a ganhar novos contornos: o de ação protagonizada pelos bandidos e traficantes que agora habitam o lugar. Vejamos:

> Cidade de Deus deu a sua voz para as assombrações dos casarões abandonados, escasseou à fauna e a flora, remapeou Portugal Pequeno e renomeou o charco: lá em cima, lá na frente, lá embaixo, lá do outro lado do rio, os apês, as casas. Ainda hoje, o céu azula e estrelece o mundo, as matas enverdecem a terra, as nuvens clareiam as vistas e o homem inova avermelhando o rio. Mas aqui agora uma favela, a neofavela de cimento, armada de becos-bocas, sinistros-silêncios, com gritos-desesperos no correr das vielas e na indecisão das encruzilhadas. Os novos moradores levaram lixo, latas, cães vira-latas, exus e Pombagiras em guias intocáveis, dias para ser ir à luta, soco antigo para ser descontado, restos de raiva de tiros, noites para velar cadáveres, vermes velhos em barrigas infantis, revólveres, jogo do bicho, fome, traição, pobreza. (LINS, 1997, p. 16-17)

É interessante observar que, a despeito de ser a obra uma construção ficcional, nela se pode verificar a distinção feita pelo autor entre o que era a Cidade de Deus antes e depois das "invasões". Por essa lógica, o local viria a ter demarcações espaciais específicas, um lugar multifacetado, composto por uma população heterogênea, formada por uma diversidade de habitantes que se diferenciavam entre si por meio da identificação daqueles que para lá mudavam, entre favelados e não favelados.

> Por dia, durante uma semana, chegavam de trinta a cinquenta mudanças, do pessoal que trazia no rosto e nos móveis as marcas das enchentes e de incêndios. Estiveram alojados no estádio de futebol Mario Filho e vinham em caminhões estaduais cantando: Cidade Maravilhosa cheia de encantos mil... Em seguida, os moradores de várias favelas e da Baixada Fluminense habitavam o novo bairro, formado por casinhas fileiradas brancas, rosa e azuis. Do outro lado da margem esquerda do rio, construíram os Apês, conjunto de prédios de apartamentos de um e dois quartos, alguns com vinte e outros com quarenta apartamentos, mas todos com cinco andares. Os tons vermelhos do barro batido viam novos pés no corre-corre da vida, na disparada do destino a ser cumprido. O rio, a alegria da molecada, dava prazer, areia, rã e muçum, não estava de todo poluído (LINS, 1997, p. 14-15)

Cabe notar que essa mesma perspectiva seria adotada posteriormente no filme "Cidade de Deus", de Fernando Meirelles e Katia Lund, lançado em 2002, que teve o livro já citado como inspiração. Na história contada no cinema, a clivagem situação/origem é representada a partir dos três personagens

centrais: "Zé Pequeno", "Mané Galinha" e "Sandro Cenoura". Na trama, todos são criminosos, no entanto, o perfil de cada um deles é apresentado de forma distinta. "Zé Pequeno", morador dos "Apês", portanto, um removido de favela, é retratado como sendo de aparência "grotesca e cuja crueldade parece não ter fim". Seu rival, "Mané Galinha", um morador "inscrito", é apresentado como "bandido bonito e boa praça". Já "Sandro Cenoura", caracterizado na narrativa cinematográfica, como um bandido "pé rapado", "de pouca bala", é um "invasor" das "Triagens". Ora, no cerne dessa associação bandidos/local/tipo de moradia se explicita a interpretação que vincula atributos morais à origem favelada ou não.

Considerando ainda a narrativa fílmica, vale dizer que, a despeito do absoluto sucesso de público e crítica alcançado pela obra cinematográfica,[14] uma das avaliações mais rigorosas sobre ela veio dos próprios habitantes do bairro que lhe serviu de inspiração. Assim, à época de seu lançamento em circuito nacional, no ano de 2002, diversos representantes e moradores do bairro Cidade de Deus manifestaram publicamente[15] seu descontentamento com o longa-metragem. A afirmativa corrente era de que a versão para o cinema da história do bairro ajudou a reforçar uma imagem negativa sobre ele. Em um breve exemplo, cito a postagem publicada em 9 de outubro de 2002, no portal *www.vivafavela.com.br*, de Gilcinei de Oliveira. Nela o morador diz que "viu mas, não gostou", se referindo justamente ao fato de, segundo ele, o filme produzir "mais preconceitos sobre o local", pela junção de três formas de identificação estereotipadas dos seus residentes: "os favelados", "os negros" e "os bandidos". A afirmativa gerou grande polêmica, a qual não cabe aqui tratar, todavia a fala é elucidativa, pois, a meu ver, traz à tona um aspecto silenciado no filme, mas que é fundamental, pelo menos, indicar: as relações étnico-raciais no país. Sob esse prisma, é preciso pensar que em um filme cuja totalidade do elenco é composta por atores negros, não houve preocupação nenhuma em sequer se fazer referência a questões que aludissem às dimensões de cor, raça e etnicidade como marcadores fundamentais na reflexão acerca dos dispositivos de segregação, inclusão/exclusão a que são submetidos os habitantes de espaços periféricos.[16]

Retomando a formação do bairro, percebe-se que a própria instalação inicial do conjunto habitacional concorreu para a composição do universo heterogêneo e heterogeneamente identificado por seus residentes. Em sua implantação, houve uma grande diferenciação de moradores, por meio de um processo de classificação, associado fundamentalmente ao modo de acesso à habitação, à procedência geográfica e ao nível de renda. Essa diferenciação definia-se já nos primeiros momentos do conjunto pela Cohab que distribuía as habitações em função da dicotomia favelado/não favelado.

Com efeito, esse processo não se deu sem consequências para as relações construídas pelos moradores entre si e com o bairro, por um lado, nem para as dinâmicas que conduziram às percepções externamente produzidas sobre o local, por outro. O fato de o conjunto ter sido identificado como abrigo para a população removida de favelas acabou por se constituir em elemento determinante, pela qual se formou a inserção do morador no local e a imagem que este tem de si, do lugar e de outros moradores, bem como os discursos correspondentes. O estigma de "favelado" foi reforçado pela política de remoção, permanecendo como uma espécie de acusação externa – do entorno, das autoridades e da cidade – e interna, a partir das diferenciações entre os moradores.

Dessa forma, consolidou-se, portanto, uma visão negativa do bairro que funcionaria, ao mesmo tempo, como incentivo e respaldo para o tratamento diferenciado de seus moradores. A esse respeito, me parece útil refletir sobre aquilo que Noiriel (2007) designou como "políticas de identificação". Para este autor, o movimento de gerar identificações tem um sentido político mais abrangente, visto que tem também uma intenção prática relacionada às relações de poder e à gestão de populações. Nesse sentido, para ele, a questão não é mais "sobre a definição de identidade nas diferentes culturas, mas de estudar as práticas concretas e as técnicas de identificação à distância, encarando-as como relação de poder". (NOIRIEL, 2007, p. 5)

Na mesma direção, argumenta Birman (2008) que "os processos de atribuir identificações busca criar tipos, e a identificação é imune à diversidade. Seu movimento, por definição, é o de provocar generalizações" (BIRMAN, 2008, p. 112), de definir grupos e correspondentemente estabelecer dispositivos para tratar esses grupos de certa maneira. Seguindo essa lógica, é possível supor que a forma como se deram a ocupação e instalação socioespacial do Conjunto Habitacional Cidade de Deus foi deter-

minante na constituição de modalidades políticas e sociais de segregação e estigmatização de seus habitantes interna e externamente.

3 - Considerações finais

Considerando que os conjuntos habitacionais foram concebidos para abrigar e fixar uma população oriunda de favelas, reunindo grupos mais ou menos homogêneos de residentes em função de seus locais de origem, pode-se inferir que não foi isso o que ocorreu na Cidade de Deus. No processo de sua formação houve a confluência de políticas públicas habitacionais que podem ser resumidas pelos seguintes objetivos: remover as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, acomodar desabrigados das enchentes de 1966 e 1967 e resolver o problema de moradia para funcionários públicos do antigo Estado da Guanabara, que formavam uma classe média emergente. Tais objetivos não se coadunaram plenamente configurando-se em divisões socioespaciais do bairro nascente e, consequentemente, na produção de um território segregado.

De todo modo, houve um distanciamento cada vez maior entre a concepção original do conjunto habitacional da Cohab (e suas promessas) e os resultados de sua implantação. Assim, nos anos 1980, pouco mais de uma década depois do surgimento do bairro, as notícias que circulavam nos principais jornais cariocas sobre ele destacavam a crescente criminalidade associada à introdução do tráfico de drogas no local, a expansão de loteamentos irregulares e a ausência de serviços de infraestrutura básica. Aspectos que, sem dúvida, concorreriam para situar o bairro, ainda atualmente, no cenário urbano carioca como uma das favelas mais violentas. Nesse contexto, a Cidade de Deus deixa gradativamente de ser "solução" do problema de habitação para a população favelada – conforme preconizavam as políticas públicas da época – para se tornar uma questão de "segurança pública".

Para finalizar, cabe dizer que este trabalho não tem a pretensão de esgotar a análise e estudo sobre o tema. Aliás, a ideia é justamente ampliar o espaço de confronto e debate partindo de uma reflexão sobre experiências que irromperam/irrompem nas periferias urbanas no Brasil e, em especial, na Zona Oeste do Rio de Janeiro contemporaneamente.

Diante do exposto, o presente artigo torna-se oportuno para deixar o registro para pesquisadores, profissionais e demais interessados de que a Cidade de Deus tem história. Espero que o percurso aqui traçado contribua para novos e profícuos diálogos.

Referências

ABREU, M. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Iplan/RIO, 1997.

ABREU, M. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. **Espaço & Debates**, São Paulo, v.14, n. 37, p. 34-46, 1994.

ALVARENGA, Solange. Entrevista II – [Novembro de 2007]. Entrevistador: Edir Mello. Rio de Janeiro, 2007. Comunicação Verbal – transcrição direta.

ANTÔNIO, João. **Casa de loucos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

BADOLATO, Giuseppe. **Giuseppe Badolato**: depoimento. Entrevistadores: Wilson Neves e Valeria Almeida Rio de Janeiro, INFOCO, 20 mai. 2007. Entrevista concedida ao jornal INFOCO, publicação trimestral feita por moradores da Cidade de Deus.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? *In*: SILVA, Luiz Antonio Machado (org.) **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova, 2008.

BIRMAN, Patrícia. **Territórios, fronteiras e processos identitários***:* as comunidades e seus direitos. Rio de Janeiro: Projeto Prociência, 2009.

BRUM, Mario Sergio. **O povo acredita na gente**: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, UFF, 2006.

FUNDAÇÃO IBGE. **Síntese de indicadores de pesquisa básica da PNAD de 1981-1989**. Rio de Janeiro, 1990.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. **Rio Operação Favela.** Rio de Janeiro: Secretaria de Administração do Estado da Guanabara, 1969. 104 p.

LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do Reage

Rio, Cadernos de Antropologia e Imagem, n.4, 1995.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOIRIEL, Gérard. **L'identification. Génèse d'un travail d'État**. Paris: Belin, 2007.

ROSA, Thaís Troncon. Produção e apropriação do espaço em periferias urbanas: construindo algumas questões. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25, 2006, Goiânia. **Anais.** Goiânia, 2006. Disponível em: **www.anpocs.org.br/portal/component** Acesso em: 4 abr. 2010.

OLIVEIRA, Eredite. Entrevista I – [Junho de 2007]. Entrevistador: Edir Mello. Rio de Janeiro, 2007. Comunicação Verbal – transcrição direta.

TEIXEIRA DE MELLO, Edir. **Luz, câmera, ação**: Cidade de Deus, entre histórias e memórias, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Rio de Janeiro, Uerj, 2010.

VALLA, Victor Vincent. **Educação e favela**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa:** análise do programa de remoção de favelas do rio de janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZALUAR, Alba. **Máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. **O condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan. 1994.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa***:* pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Notas

[1] As reflexões apresentadas neste trabalho são fruto de pesquisa iniciada em 2005 para o curso de doutorado. O texto apresentado se vale dos dados e da adaptação de algumas consideraões feitas no Capítulo I da tese, intitulada Do conjunto habitacional à favela. De outro modo, tais reflexões também são tributárias de estudo atualmente realizado pela autora em Vila Autódromo, comunidade localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, às margens da Lagoa de Jacarepaguá. Vale dizer que esse bairro teve origem e se expandiu a partir de novos processos remocionais ocorridos em Cidade de Deus, desde o ano de 1995. Nesse sentido, o interesse central é refletir sobre a produção e a construção de memória e identidade das populações removidas, partindo do estudo do Museu da Memória, criado pelos habitantes locais.

[2] Ao longo do processo histórico de sua formação, o Conjunto Habitacional Cidade de Deus foi sendo identificado, tanto por parte de seus residentes quanto por não residentes, sob múltiplas denominações tais como "periferia", "favela", "comunidade", "bairro carente". Obviamente tais categorias assumem contornos específicos dependendo de quem as aciona. A esse respeito, a análise de Leite (2008) sobre percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas é esclarecedora. Diz a autora. Atualmente, no repertório simbólico da cidade do Rio de Janeiro, o termo "favela" abrange diversos outros territórios da pobreza (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos etc.). Neste trabalho faço uso dessas múltiplas identificações acerca da Cidade de Deus, vinculando-as ao contexto na qual são utilizadas.

[3] Uma análise cuidadosa sobre o processo de remoção de favelas e as políticas públicas habitacionais no período de 1968 a 1973 é feita por Valladares (1978).

[4] Esse órgão, por meio do chamado Acordo do Trigo, investiu cerca de três milhões de dólares em projetos, cujo objetivo era a urbanização de favelas.

[5] Os órgãos governamentais envolvidos na implantação e construção de conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro foram: o Banco Nacional de Habitação (BNH) como agente financiador, a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (Chisam), coordenando o programa de remoção de favelas e COHAB-GB como construtora e comercializadora das unidades habitacionais. Por fim, havia a atuação da Secretaria de Serviços Sociais, como responsável pela ação social junto às populações atingidas. No texto refiro-me somente a Cohab, pois foi o órgão que atuou na venda direta das casas e é a instituição a qual os moradores do bairro se referem constantemente.

[6] A Lei 2.662/98 transformou o grande conjunto na XXXIV RA – Cidade de Deus. A denominação, delimitação e codificação do bairro foram estabelecidas pelo Decreto 3.158, de 23 de julho de 1981, com alterações do Decreto 5.280, de 23 de agosto de 1985. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br Acesso em: 22 de maio de 2008.

[7] O principal defensor da tese de que o processo de favelização teria se iniciado nos anos 1920 é Abreu (1994). Sobre esse aspecto ver também Valladares (2005).

[8] Dados cotejados de: http://portalgeo.rio.rj.gov.br. Acesso em: 21 ago. 2008.

[9] Entrevista concedida a Wilson Neves e Valeria Almeida para Jornal *INFOCOCDD*, publicação mensal, com tiragem de cinco mil exemplares, produzida por moradores da Cidade de Deus e distribuída gratuitamente aos moradores do bairro. Na ocasião da entrevista, tive a oportunidade de conhecer o arquiteto ao acompanhar a equipe que fazia a matéria, publicada na edição de maio de 2007.

[10] Para uma análise sobre políticas públicas habitacionais, ver Valladares (1978).

[11] Rio: Operação Favela. Governo do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1969.

[12] Sobre esse aspecto ver a interessante dissertação de Mario Sergio Brum (BRUM, 2006); ver também o já citado livro de Licia Valladares acerca das origens históricas da favela como problema sociológico no Brasil. (VALLADARES, 2005).

[13] Descrição feita com base em narrativas de moradores, documentos e dados obtidos por meio da associação de moradores do bairro Cidade de Deus.

[14] Zuenir Ventura (2002), no jornal *Folha de São Paulo*, em sessão de entretenimento, faz crítica cinematográfica à obra dirigida por Fernando Meirelles e Katia Lund, afirmando que "Cidade de Deus" é considerado um fenômeno absoluto de crítica e público. Segundo a revista *Exame* de setembro de 2022, a Preply, plataforma *online* que conecta alunos e tutores nativos em mais de cinquenta idiomas, fez um levantamento sobre as produções mais populares do IMDb. O filme "Cidade de Deus" aparece na segunda posição dos filmes estrangeiros mais assistidos do mundo, atrás apenas de "Os Intocáveis", que ocupa o primeiro lugar. Recentemente, o filme ganhou um *spin-off,* lançado pelo canal pago HBO, em 19 de setembro de 2022, em comemoração aos vinte anos da data de estreia da obra original.

[15] Refiro-me aqui ao debate público que teve curso em virtude do lançamento do filme "Cidade de Deus". Moradores, artistas, sociólogos, jornalistas se pronunciaram sobre o filme, por diversos meios de comunicação. O mais emblemático deles foi o do portal http/www.vivafavela.com.br que durante vários meses divulgou um canal próprio para o debate do filme.

[16] Para uma análise das dimensões de raça, cor e etnicidade na análise da fílmica da obra "Cidade de Deus", ver Teixeira de Mello (2010).